

# A DOCÊNCIA NA EJA: PROCESSO DE INCLUSÃO OU EXCLUSÃO? ESTUDO DO PERFIL DOS PROFESSORES NUMA ESCOLA EM SALVADOR (BA)

Mabli Nadjane Barbosa Barreto<sup>1</sup>  
Carla Meira Pires de Carvalho

*Resumo:* O presente trabalho tem como propósito a reflexão sobre a docência na Educação de Jovens e Adultos (EJA), enfatizando a formação de educadores e a prática pedagógica. Uma parcela dos sujeitos-alunos do programa EJA vem de grupos subalternizados por uma sociedade elitista e, normalmente, vivem em condições precarizadas, excluídos dos processos culturais e sociais. Partindo dessa premissa, faz-se necessário, então, investigar a formação dos professores, agentes deste processo educacional, buscando compreender como lidam com esses alunos, em sua prática pedagógica. Portanto, a pergunta que orienta a pesquisa é: as lacunas existentes na formação dos professores da EJA reverberam em práticas pedagógicas que contribuem para o processo de exclusão social dos educandos? O trabalho trata de uma pesquisa qualitativa, desenvolvida através de abordagem etnográfica com entrevistas a professores da EJA de uma Escola Estadual em Salvador (BA). Para o embasamento teórico, serão utilizados textos dos teóricos da crítica cultural e outros que discutem a temática em questão, como estratégia de desconstrução de conceitos historicamente constituídos, a exemplo de Freire (1987), Agamben (2009), Mignolo (2008) e, assim, revelarmos outras perspectivas para a discussão acerca da EJA. Com esta pesquisa, espera-se que sejam identificados os mecanismos de exclusão no programa EJA

---

<sup>1</sup> Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Crítica Cultural (Universidade do Estado da Bahia (Pós-Crítica — UNEB), Linha de pesquisa 02: Letramento, Identidades e Formação de Educadores. Orientadora: Profa Dra Carla Meira P. de Carvalho. Endereço eletrônico: barretomabli@gmail.com.

com relação aos grupos minoritários, além de verificar como a formação docente pode contribuir para a construção de um ensino para jovens e adultos mais democráticos, que os inclua no processo de desenvolvimento cognitivo, social, político, econômico e cultural.

*Palavras-Chave:* EJA. Formação docente. Exclusão social. Inclusão.

## INTRODUÇÃO

O interesse por essa temática surgiu desde o momento em que cheguei ao Colégio Estadual Clériston Andrade, localizado no bairro de Itacarana, subúrbio de Salvador (Ba), há 20 anos atrás e a direção do colégio me designou para ministrar aulas de Biologia e Ciências em turmas da Educação de Jovens e Adultos (EJA), uma modalidade de ensino que tem por objetivo fundamental permitir o acesso à educação àqueles que por motivos diversos não concluíram a Educação Básica na idade certa, e por tanto apresentam um descompasso entre série/idade.

É importante ressaltar que a EJA tem sua origem com a chegada dos jesuítas no Brasil, se consolidando através dos movimentos populares, principalmente na década de 60, todavia a mesma foi legitimada pelo governo federal através da Lei de Diretrizes e Bases (LDB 9.394/96), a qual se coaduna com o Art. 208, I da nossa Carta Magna, que preconiza: “a educação de jovens e adultos, no nível fundamental deve ser oferecida gratuitamente pelo Estado a todos os que a ele não tiveram acesso na idade própria”. Assim, esse trabalho acadêmico não se refere a obrigatoriedade de ofertar a modalidade de ensino EJA, mas está focado como o acesso à educação pelos grupos subalternizados pela elite hegemônica, e, como a metodologia utilizada para estes alunos pode contribuir para a permanência do aluno na escola bem

como se com esta modalidade podemos gerar inclusão ou exclusão do mesmo no tecido sócio-cultural.

À luz de Paulo Freire podemos afirmar que a EJA é uma modalidade bastante rica e positiva desde que a metodologia usada para se trabalhar com os alunos da EJA permita que a realidade do mundo em que este público vive esteja ligada ao contexto escolar, respeitando a bagagem cultural bem como a sua experiência de vida, dessa forma a aprendizagem se dará de forma significativa, despertando a autonomia no aluno.

Ao pensar na desigualdade social extrema e dos episódios de preconceito racial que vive um país como o Brasil, questiono-me até que ponto estes programas educacionais, de fato, promovem a inclusão de sujeitos pertencentes a grupos minoritários no processo de aprendizagem, mas também no mercado de trabalho e no acesso em espaços de poder. Vejo que se avolumam, neste caso, questões como formação do professor, gênero e raça. Neste sentido, algumas perguntas são formuladas: Por qual razão na formação de professores as discussões e o preparo metodológico para trabalhar com a Educação de Jovens e Adultos não são enfatizados para aqueles sujeitos específicos que ocupam estes cursos? Será possível pensar a EJA como um mecanismo de inclusão ou exclusão social? Não bastassem esses questionamentos, penso também como esta educação com tantas faltas pode agravar os problemas já conhecidos por homens e mulheres, negros e negras e, ainda por cima, periféricos.

A escolha desta temática se pauta no entendimento de que a Educação de Jovens e Adultos é um avanço na mudança de paradigma acerca do tempo e da idade do sujeito para que a aprendizagem ocorra. Levando em consideração que não há limite para a aquisição e a produção de conhecimento, é possível dizer que a própria legislação, no âmbito educacional, reconhece a

necessidade de uma formação diferenciada do educador que vai trabalhar com sujeitos que, mesmo no descompasso do tempo regulamentar para os estudos, vêem na EJA a possibilidade de serem inseridos no contexto de desenvolvimento social, econômico e acadêmico.

O trabalho trata de uma pesquisa qualitativa, desenvolvida através de abordagem etnográfica com entrevistas a professores da EJA de uma Escola Estadual em Salvador (BA).

## **FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA**

Historicamente, no âmbito legal, a LDB 5692/1971 (BRASIL, 1971) destacou um capítulo, sobretudo, ao ensino supletivo e às demandas na formação do educador, levando em conta as especificidades do trabalho com esse público. Além disto, a nova LDB, Lei 9394/96, destaca a importância de uma preparação adequada ao professor de jovens e adultos. Assim, questionar a formação deste educador implica investigar como a EJA tem sido discutida nos cursos de licenciatura e como os graduandos estão sendo preparados para atuar com alunos que apresentam necessidades tão específicas, inerentes àqueles que buscam finalizar suas etapas de estudo de modo célere para compensar o tempo perdido por distintas razões. Sendo assim, uma análise a respeito de como se estabelece a formação, hoje, do profissional da educação que atua na EJA será fundamental para alicerçar a temática em questão. Será que o despreparo do docente pode dar mais um impulso para a exclusão social de alunos que, na sua maioria pertence a grupos minoritários, e encontram-se sob a égide da segregação ou de gênero, ou de raça ou de classe social? A esse respeito, Silva (2008, p. 5) acentua que “a exclusão social pode ser encarada como um processo sócio-histórico caracterizado pelo recalçamento de grupos sociais, em todas as instâncias da vida

social, com profundo impacto na pessoa humana, em sua individualidade”.

No momento em que observo no meu ambiente profissional, (sou professora da EJA), professores dando como fracassada a tarefa de promover a aprendizagem com alunos deste programa, ao declararem que eles não vão muito longe com os estudos, que são incapazes de aprender devido ao tipo de vida que levam, que a certificação daquele curso serve apenas para conseguir um subemprego, questiono, mais uma vez, se o EJA é operador de inclusão ou exclusão social.

Assim, a exclusão remete seu sentido à Educação de Jovens e Adultos, e atribuindo a desigualdade social, miséria, injustiça, exploração da pobreza e marginalidade das pessoas ou grupos sociais que são de uma maneira ou outra, excluídos de ambientes, situações ou instâncias. Percebe-se o universo de jovens e adultos excluídos da escola, que na maioria das vezes são tratados como “uma massa de alunos, sem identidade qualificados sob diferentes nomes e relacionados diretamente ao chamado fracasso escolar” (ANDRADE; SILVA, 2004, 2008, p. 1). Isso mostra que os alunos da EJA têm uma condição social, política e cultural desfavorecida e que é a sua condição o demarcatório para compreender o lugar reservado para o tipo de educação que recebem.

Entretanto, conforme Haddad (2000, p. 122): “[...]em grupos excluídos de condições sociais básicas, com frustradas experiências anteriores, não basta oferecer escola; é necessário criar condições de frequência, utilizando uma política de discriminação positiva, sob risco de mais uma vez culpar os próprios alunos pelos seus fracassos”.

É importante ressaltar que por conta das transformações do capitalismo internacional tem-se atribuído à educação escolar um importante papel nas estratégias de modernização econômica.

Sobre esta questão, Haddad (2000) confirma que em meio a um discurso produtivista que confere à educação escolar uma importante centralidade no desenvolvimento socioeconômico do país, tem-se processado uma crescente desobrigação governamental face aos direitos sociais, dentre eles, os educacionais e, neste sentido, a Educação de Jovens e Adultos tem sido uma das modalidades de ensino alijadas deste processo.

Segundo as afirmações de Saviani (1997, p. 61), “as políticas neoliberais e neoconservadoras buscam aliar as políticas educacionais às lógicas do mercado, havendo o predomínio de uma concepção produtivista nas políticas educacionais”. Para Vieira (2004), isso prova que os trabalhadores são submetidos a um perfil profissional adequado à nova configuração social e deles são exigidas as competências necessárias. Há uma evidente preocupação com o papel da educação na tarefa de integrar o Brasil à economia mundial, competitiva e globalizada, mas sem oportunizar condições para que isto ocorra. Conforme Santos (2004, p. 65), “o desafio é pautar o processo educativo pela compreensão e pelo respeito do diferente e da diversidade: ter o direito a ser igual quando a diferença inferioriza-o e o ser diferente quando a igualdade descaracteriza-o”.

Pelo que expõem os autores aqui citados, ultrapassar a barreira da exclusão pela via da educação pode estar garantido na lei, mas no cotidiano concreto isto não tem se efetivado. Exemplo disto, é o que motiva uma outra questão para o trabalho investigativo nesta pesquisa: a maioria dos alunos nas salas do EJA em que atuo são compostos por mulheres e em número significativo são mulheres negras. Boa parte delas mães, operárias, trabalhadoras informais, que ingressam no curso noturno, segundo elas, para aprenderem o básico a fim de darem conta dos seus pequenos empreendimentos e da sobrevivência diária ou então realização de sonhos. Sabe-se que estas alunas sofrem uma

quádrupla discriminação: por serem mulheres, por serem negras, por serem periféricas e por não serem completamente letradas. Qual a importância do papel do professor perante estas alunas? Qual a sua ação política de intervenção para que o seu trabalho junto a elas propicie mais um mecanismo de resistência por meio da educação, da produção do conhecimento?

É imprescindível acrescentar que os educadores comprometidos com uma prática educativa transformadora exerçam na contradição o debate teórico, considerando que esses esforços não surtem os efeitos que se esperam e, que tanto nos avanços como nos retrocessos, procuram-se alternativas corretas para resolver o grave problema de exclusão social, que se agravou no contexto da fase atual imposta pela internacionalização do capitalismo.

Diante desse cenário, mesmo considerando que a EJA esteja alcançando uma crescente visibilidade na instância das práticas e no campo de estudos e pesquisas, é preciso refletir sobre a efetiva demanda para uma formação específica do educador que atua com esse público, caso contrário a atuação docente pode legitimar a discriminação ao ignorar as diversidades sociais e culturais dos/as educandos/as, submetendo-os/as a conteúdos homogeneizantes e normatizadores, desconsiderando os pontos de partidas desiguais e a historicidade dos sujeitos.

Do ponto de vista decolonial, é necessário pensar uma formação docente que seja desobediente epistemologicamente, parafraseando Mignolo, quando diz que é preciso abalar crenças constituídas por uma elite hegemônica, cristalizada, no momento em que pensam a educação de uma forma falsamente igualitária, quando se sabe que no interior das escolas existe um caldeirão de diversidades, de premências e de vontades, representadas nos

diferentes gêneros, raças e classes sociais transitantes nesse ambiente.

No caso específico da mulher, presença significativa nos cursos da EJA, ela é atravessada pelo patriarcado, pelo racismo e pelo preconceito de classe em uma dimensão econômica que as posiciona, principalmente se forem negras, na base da pirâmide da desigualdade social:

Artigo 37. A educação de jovens e adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria.

Parágrafo 1º Os sistemas de ensino assegurarão gratuitamente aos jovens e aos adultos, que não puderam efetuar os estudos na idade regular, oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho, mediante cursos e exames (BRASIL, 1996).

Não se percebe nas palavras da lei termos como mulher, negro, menos favorecidos economicamente, o que evidencia uma política pública que não abarca as minorias sociais. O fato é que o Estado prima pela universalidade como definição de sua política estatal e, nela, não estão contidas as singularidades.

Dessa forma, cabe questionar: de acordo com as diretrizes dos procedimentos da lei que rege a EJA, é possível pensar se o docente pode ser um colaborador para que estratégias de segregação e opressão se revistam de política pública e se propague no discurso dele em sala de aula? Não seria este o papel do educador, o de se revestir em provocador de projetos para se discutir outras formas de políticas públicas educacionais?

Será, então, em busca de elucidar essas questões que permeiam a temática em relevo que este projeto de pesquisa se valerá das ferramentas da Crítica Cultural para desconstruir conceitos já arraigados socialmente acerca da EJA, para que se



possam encontrar, a partir dele, outros caminhos que potencializem a inclusão dos alunos deste programa em suas peculiaridades.

## **METODOLOGIA**

Este trabalho de pesquisa se caracterizará por ser uma pesquisa qualitativa em uma abordagem etnográfica, com entrevistas com professores da EJA num colégio estadual em Salvador-Bahia.

Esta pesquisa se apossará dos instrumentos da Crítica Cultural como estratégia de desmontagem de conceitos historicamente constituídos, a fim de revelar outras perspectivas para a discussão acerca da Educação de Jovens e Adultos. Para tanto, será feita uma consulta em textos de autores como Agamben (2009) e Mignolo (2008) e, o segundo para auxiliar no desmanche epistemológico dos conceitos em relevo neste trabalho, no momento em que o pesquisador desobedece aos preceitos já consagrados e passa a considerar como legítimas as vozes de outros atores sociais, bem como as suas ações que subvertem a ordem estabelecida no campo do ensino-aprendizagem.

Como recorte Crítico Cultural, tomar-se-á como base uma escola pública estadual em Salvador-Bahia, com o intuito de, através de entrevistas narrativas, ouvir o depoimento de professores desta instituição acerca de suas práticas pedagógicas e de suas impressões sobre os alunos do EJA, bem como as bases deste programa educacional.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Verificamos que há lacunas importantes na formação dos professores da EJA. E que essas lacunas contribuem para que haja um processo de exclusão dos saberes dos alunos na formação escolar dos mesmos. Sabemos também que a docência mais efetiva e frutífera é feita na troca de saberes, considerando não só a autonomia dos alunos e dos professores, mas também as suas experiências de vida.

Sendo assim, faz-se necessário um novo olhar sobre a EJA que incorpore práticas educativas mais inclusivas e reflexões mais profundas com vistas as possíveis mudanças neste contexto.

## REFERÊNCIAS

AGAMBEN, Giorgio. O que é o Contemporâneo? *In: O que é o Contemporâneo? e outros ensaios*. Trad. Vinícius NicastroHonesko. Chapecó, SC: Argos, 2009.

ANDRADE, Eliane Ribeiro. Os sujeitos educando na EJA. *In: CEREJA-Centro de Referência em Educação de Jovens e Adultos/Alfabetização Solidária*. 2004. Disponível em: <http://www.cereja.org.br/arquivos>. Acesso em: 28 out. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. Lei de Diretrizes e Bases da Educação nº 5692/71, de 12 de agosto de 1971. *Fixa diretrizes e bases para o ensino de 1º e 2º graus e dá outras providências*. Brasília: MEC, 1971. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1970-1979/lei5692-11-agosto-1971-357752-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 8 mar. 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9394/96, de 20 de dezembro de 1996*. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: MEC, 1996b. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9394.htm). Acesso em: 25 out. 2021.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. 17. ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.

HADDAD, Sérgio. A educação de pessoas jovens e adultas e a nova LDB. *In: BRZEZINSKI, Iria (Org.). LDB interpretada: diversos olhares se entrecruzam*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

MESSEDER, Suely Aldir. A educação e as sexualidades: um relato de experiência com a educação básica no seminário enlaçando sexualidades no estado da Bahia. *Revista Fórum*

*Identidades*, ano 7, v. 14, p. 9-24, jul.-dez. 2013. Disponível em:  
<https://seer.ufs.br/index.php/forumidentidades/article/viewFile/2050/1789>.

MINGNOLO, Walter D. Desobediência epistêmica: A opção decolonial e o significado de identidade em política. In: *Cadernos de Letras da UFF – Dossiê: Literatura, língua e identidade*, nº 34, p. 287-324, 2008. Disponível em  
<http://www.uff.br/cadernosdeletrasuff/34/traducao.pdf>. Acesso em: 28 out. 2021.

SAVIANI, Dermeval; SANFELICE, José Luís (Org.). *Capitalismo, trabalho e educação*. Campinas: Autores Associados, HISTEDBR, 2005.

SOARES, Leôncio José Gomes; SIMÕES, Fernanda Maurício. A formação inicial do educador de jovens e adultos. *Educação e Realidade*, Porto Alegre, v. 29, n. 2, p. 25-39, 2005.

VIEIRA, Maria Clarisse. *Fundamentos históricos, políticos e sociais da educação de jovens e adultos* – Volume I: aspectos históricos da educação de jovens e adultos no Brasil. Universidade de Brasília, Brasília, 2004.

